



TERÇA - FEIRA - 16 DE SETEMBRO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O GOVERNADOR DE MINAS ROMEU ZEMA SE REUNIU, NESTA SEGUNDA-FEIRA (15/9), EM BRASÍLIA (DF), COM O EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL, ALESSANDRO CORTESE. MINAS GERAIS É O ESTADO BRASILEIRO QUE MAIS EXPORTA PARA A ITÁLIA, DESDE 2019. ELES CONVERSARAM SOBRE A MISSÃO OFICIAL DO GOVERNO DE MINAS AO PAÍS EUROPEU, PREVISTA PARA OUTUBRO. O GOVERNADOR MINEIRO BUSCOU OBTER APOIO ESTRATÉGICO DO EMBAIXADOR NA ARTICULAÇÃO DE AGENDAS DE ALTA RELEVÂNCIA PARA MINAS E O PAÍS.



NESTA SEGUNDA-FEIRA (15), ASSUMIU A DIREÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES, UM FILHO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, MEU GRANDE AMIGO LUIZ PATRÍCIO NETO, QUE É DE UMA FAMÍLIA MUITO QUERIDA, QUE CONHECI NA CASA DE ORAÇÃO, NETO DO SAUDOSO LUIZ PATRÍCIO. AMIGO, TENHO PLENA CERTEZA QUE COM A SUA VOCAÇÃO E COMPETÊNCIA FARÁ UM EXCELENTE TRABALHO. BOA SORTE NESTE NOVO DESAFIO!



A POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS (PCMG) INAUGUROU, NESTA SEGUNDA-FEIRA (15/9), A DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO A CRIMES RURAIS EM POUSO ALEGRE, NO SUL DO ESTADO. VINCULADA À DELEGACIA REGIONAL, A NOVA UNIDADE INTEGRA O PROGRAMA ESTADUAL CAMPO SEGURO E AMPLIA A REDE DE PROTEÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NO INTERIOR MINEIRO.

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

POLÍCIA CIVIL INAUGURA DELEGACIA RURAL EM POUSO ALEGRE

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) inaugurou, nesta segunda-feira (15/9), a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes

Rurais em Pouso Alegre, no Sul do estado. Vinculada à delegacia regional, a nova unidade integra o programa estadual Campo Seguro e amplia a rede de proteção da polícia judiciária no interior mineiro.

A criação da unidade tem como objetivo intensificar a repressão qualificada a crimes patrimoniais em áreas rurais, fortalecendo a segurança no campo. O projeto prevê também maior integração entre polícia e comunidade, estimulando produtores e moradores a participarem de ações de prevenção e troca de informações.

A delegacia foi instalada com o apoio do Sindicato Rural de Itajubá, do Sindicato dos Produtores Rurais de Careagu, da iniciativa privada em Itajubá e da Prefeitura de Pouso Alegre. Para reforçar o trabalho, o Governo do



Repressão a Crimes Rurais no estado. Estamos firmes na estruturação dessa rede, que levará proteção aos cidadãos da zona rural de Minas Gerais”,

Estado destinou uma viatura adaptada às demandas do meio rural.

Compromisso

A delegada titular da unidade, Lais Veiga Caetano Pires, destacou a importância da missão assumida. “Assumo esta responsabilidade com comprometimento e com a certeza de que nossa equipe estará dedicada a alcançar os melhores resultados para proteger a comunidade”, afirmou.

O chefe do 17º Departamento, delegado-geral Pedro Henrique Rabelo Bezerra, ressaltou a união de esforços. “Esta é mais uma conquista para a segurança da população, fruto de parcerias e do suporte da chefia da Polícia Civil”, destacou.

A chefe da PCMG, delegada-geral Leticia Gamboge, enfatizou a expansão do projeto. “Esta é a 14ª Delegacia de

afirmou.

Expansão estratégica

A primeira unidade especializada contra crimes rurais foi instalada em Belo Horizonte, no ano de 2021. As demais estão localizadas em Uberlândia, Patrocínio, Araxá, Uberaba e Frutal, além de Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Guaxupé, Poços de Caldas, Campo Belo, Varginha, Três Pontas (núcleo) e, agora, Pouso Alegre.

A cerimônia de entrega da nova delegacia contou com a presença do secretário-adjunto de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), João Ricardo Albanes, de autoridades do Executivo Municipal, do Legislativo Estadual, do Judiciário, do Ministério Público, além de lideranças civis, militares e do setor rural.

GOVERNO DE MINAS DISCUTE NOVA MISSÃO À EUROPA DURANTE REUNIÃO COM EMBAIXADOR DA ITÁLIA

O governador Romeu Zema se reuniu, nesta segunda-feira (15/9), em Brasília (DF), com o embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese. Minas Gerais é o estado brasileiro que mais exporta para a Itália, desde 2019.

Eles conversaram sobre a missão oficial do Governo de Minas ao país europeu, prevista para outubro. O governador mineiro buscou obter apoio estratégico do embaixador na articulação de agendas de alta relevância para Minas e o país.

O encontro foi realizado na embaixada italiana na capital federal e também teve participação da cônsul-geral da Itália em Belo Horizonte, Nicolleta Gomiera, do secretário de Estado de Comunicação Social de Minas (Secom), Bernardo Santos, e do secretário adjunto de Estado da Casa Civil (SCC), Frederico Papatella.

A previsão é que na Itália, a comitiva mineira passe pelas cidades de Roma, Veneza e Milão.

Parceiro estratégico

Esta será a segunda missão oficial chefiada pelo governador Romeu Zema para a Itália, o que mostra a importância econômica do país europeu para Minas Gerais. Nos últimos anos, a relação tem

se intensificado com investimentos estratégicos, como por exemplo a concessão do Rodoanel Metropolitano, vencida por uma empresa italiana. O objetivo da viagem é avançar em negociações de investimentos com empresas dos três países, além de prospectar novos mercados para os produtores de Minas Gerais.

“A Itália tem grandes investimentos em Minas Gerais, principalmente na área de automóveis, e é sempre muito bom estarmos aqui atualizando e mostrando que as oportunidades em Minas são muitas. Estaremos lá em outubro para fazer bons negócios para os italianos e para os mineiros”, disse Romeu Zema.

“É verdade que as relações entre Itália e Minas Gerais são muito importantes, não somente para a grande comunidade de ítalo-brasileiros que moram no estado, mas também para grupos industriais italianos que estão instalados em Minas e que são extremamente importantes”, afirmou o embaixador Alessandro Cortese.

Outros destinos

Além da Itália, a missão oficial do Governo de Minas deve passar por Bélgica e França. A Itália é, atualmente, o oitavo principal destino das exportações de Minas Gerais, segundo dados do primeiro semestre de 2025. Em relação à Europa, é o terceiro principal destino, atrás apenas de Alemanha e Países Baixos.

Já a Bélgica ocupa o décimo lugar nesse ranking e a França, por sua vez, está na lista dos países que mais aumentaram suas compras internacionais de Minas Gerais no primeiro semestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024.



GOVERNO DE MINAS LANÇA PROGRAMA INÉDITO DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), lançou, nesta segunda-feira (15/9), o Educação que Prospera, programa inédito de valorização dos profissionais da rede estadual. O anúncio foi feito pelo governador Romeu Zema e pelo vice-governador, Mateus Simões, no Auditório JK, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

A iniciativa reconhece o trabalho dos servidores da Educação com base no desempenho dos estudantes em avaliações nacionais e no cumprimento de condicionalidades da política educacional "Fico muitíssimo satisfeito com esse tipo de iniciativa. Posso afirmar que estamos na direção correta, longe do paraíso, mas cada vez mais distantes daquela situação que já vivenciamos em Minas", destacou Romeu Zema.

"Quero aproveitar para agradecer a participação da Educação em outros projetos, principalmente no Mãos à Obra e no Mãos Dadas, que fazem a educação estadual avançar cada vez mais", acrescentou o chefe do Executivo mineiro. Também participaram do evento o secretário de Estado de Educação, Rossieli Soares, gestores da SEE/MG, superintendentes regionais, diretores, vice-diretores e professores de Língua Portuguesa e de Matemática.

O programa contemplará servidores em exercício nas escolas, nas 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e na sede da SEE/MG. A valorização será calculada a partir do cumprimento de metas estabelecidas para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Índice de



Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e das condicionalidades do Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A premiação reconhecerá o esforço coletivo de professores, gestores, equipes escolares e servidores administrativos. Os resultados oficiais do Saeb e do Ideb serão divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no segundo semestre de 2026.

"Esse prêmio é para valorizar a criança, o adolescente e o jovem mineiro que vão mais longe por conta do trabalho de vocês, que estão na linha de frente das escolas, fazendo com que eles acreditem no poder revolucionário da educação", disse Mateus Simões.

Recursos

Os recursos destinados ao programa Educação que Prospera serão provenientes da complementação do VAAR, repassada pela União ao Estado de Minas Gerais. Assim, não há recursos de fonte do Tesouro Estadual.

"O Educação que Prospera é uma forma de premiação e de reconhecimento para as escolas que cumprirem a meta estabelecida. Com isso, se Minas cumprir, o estado receberá um recurso que será

dividido para os profissionais que atuam dentro das escolas. Já o pagamento será repassado a partir de 2027, porque é necessário esperar a avaliação do Saeb, marcada para o mês que vem, além da entrega dos resultados, que será divulgada no próximo ano", explicou o Secretário de Estado de Educação, Rossieli Soares.

A complementação do VAAR possui natureza distinta dos recursos ordinários que compõem o Fundeb, na medida em que está vinculada ao cumprimento de condicionalidades específicas de melhoria da gestão, de atendimento e de aprendizagem com redução das desigualdades, não se confundindo com a distribuição automática das parcelas do Fundeb.

A premiação será feita em pagamento eventual, desvinculada do salário, subsídio ou aposentadoria. Ou seja, não se trata de valor permanente, nem se incorpora à remuneração ou aos proventos de aposentadoria e pensão.

O pagamento será proporcional ao alcance das metas estabelecidas para a rede estadual e depende do cumprimento das condicionalidades para recebimento da complementação do VAAR, bem como da divulgação oficial dos resultados do Saeb e do Ideb 2025.

É a primeira vez que Minas Gerais atrela diretamente a valorização dos servidores à complementação do VAAR, criando um incentivo claro para a melhoria dos indicadores de aprendizagem. A iniciativa contempla todos os profissionais em exercício nas escolas estaduais, nas Superintendências Regionais de Ensino e na sede da SEE, incluindo professores, especialistas, técnicos e administrativos.

GOVERNO DE MINAS ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSO SOBRE PESQUISAS, ESTUDOS E ANÁLISES DE DADOS DO TURISMO



O Governo de Minas abriu, nesta segunda-feira (15/9), as inscrições gratuitas para o curso Dados no Turismo: Descomplicando a Coleta e Análise, que busca ampliar o acesso de atores turísticos em dados no turismo e torná-los aptos a aplicá-los. São mil vagas para o curso, que faz parte do programa estadual de qualificação Cria.Forma: Formação

(Secult).

A iniciativa reafirma o compromisso do Governo de Minas, por meio da Secult, com a qualificação profissional e o desenvolvimento do turismo no estado, ao democratizar mais oportunidades de acesso à informação e ao aprendizado. O programa visa propor ações de capacitação, alinhado às demandas

em Turismo e Cultura, coordenado pela Diretoria de Capacitação e Qualificação da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

do mercado de trabalho em Minas Gerais.

As inscrições estão abertas até a próxima segunda-feira (22/9) e podem ser feitas no site da Plataforma de Ensino à Distância Minas Cultura e Turismo. As aulas começarão no dia 23/9, de forma online e gratuita, com carga horária de 40 horas, distribuídas em quatro unidades, ao longo de cinco semanas, com direito a certificado entregue aos concluintes.

O curso busca ensinar, de forma simples e didática, como realizar pesquisas, estudos e análises de dados sobre o turismo, mostrando como essa prática pode impactar positivamente a gestão turística, ampliando o melhor aproveitamento das oportunidades trazidas pelo setor para o seu negócio ou município.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS UTILIZA AGREGADO DA PRODUÇÃO DE AÇO NA MANUTENÇÃO DE TRECHO NÃO-PAVIMENTADO DA MG-231

O Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) está utilizando um produto denominado escória de aciaria para fazer a manutenção do trecho não-pavimentado da rodovia MG-231, entre os municípios de Cordisburgo e Santana do Pirapama, próximo a Curvelo, na região Central do estado.

O agregado siderúrgico surge do processo de produção de aciaria, composto de óxidos e silicatos, com alta resistência ao desgaste. "A escória possui alta resistência e estabilidade, melhorando a durabilidade da estrada. Substitui materiais naturais como brita e



cascalho, que podem ser mais caros e escassos em algumas regiões", descreve o coordenador regional do DER-MG de Curvelo, Ricardo Paulino. O material, um subproduto da produção de aço, melhora a malha rodoviária da região, proporciona economicidade e valor social, além de trazer benefícios

ambientais, evitando a criação de passivo, uma vez que o material substitui o cascalho extraído de jazidas.

O segmento de 39,5 quilômetros da MG-231 recebeu mais de 20 mil toneladas de escória de aciaria, doados por empresas do segmento de ferro gusa. Atualmente, as equipes do DER-MG executam o mesmo serviço

em um trecho de 52,6 quilômetros na rodovia LMG-728, entre o entroncamento da MGC-259 e Monjolos, e já havia sido utilizada na MG-164, entre Felixlândia (Córrego do Bagre) até a barragem de Três Marias, em março.

CONHEÇA OS VENCEDORES DO CONCURSO ESTADUAL DOS QUEIJOS ARTESANAIS DE MINAS GERAIS 2025

Os produtores Alexandre Honorato, André Luís de Faria, Fabiano Fonseca, Guilherme Maciel e Gustavo Pinheiro foram os grandes campeões do 18º Concurso Estadual dos Queijos Artesanais de Minas. A premiação

ocorreu no sábado (13/9), em Itanhandu, município que faz parte da região produtora do Queijo Artesanal Mantiqueira de Minas.

Os cinco melhores queijos de cada uma das cinco categorias receberam troféus. Alexandre Honorato, do município de Araxá, ficou no primeiro lugar na categoria Queijo Minas Artesanal QMA, seguido por José Orlando Ferreira Junior (Carrancas/Campo das Vertentes), em segundo, e Maria Teresa Boari (Coronel Xavier Chaves/Campo das Vertentes), na terceira colocação.

"O sentimento é de muito orgulho e emoção. É uma vida muito difícil e muitos anos na luta. Então é o reconhecimento de mais de 20 anos de dedicação, não só minha como da minha esposa", conta Alexandre Honorato.

Campeões da Mantiqueira de Minas

Já na categoria Queijo Minas Artesanal – QMA Queijos Artesanais de Alagoa e Mantiqueira de Minas (maturação de 14 a 30 dias), os destaques foram Fabiano Fonseca (Itamonte/Mantiqueira de Minas), no



primeiro lugar; Jayme Mendes (Alagoa/Alagoa), em segundo; e Galeno Alvarenga Junior (Itamonte/Mantiqueira de Minas), em terceiro.

Também foram premiados produtores na categoria Queijos Artesanais de Alagoa e Mantiqueira de Minas - Maturação acima de 50 dias, sendo Guilherme Maciel (Aiuruoca/Mantiqueira de Minas) o primeiro colocado, seguido por Carlos Henrique Lamim (Virginia/Mantiqueira de Minas) e João Carlos de Carvalho Junior (Itamonte/Mantiqueira de Minas), respectivamente em segundo e terceiro lugar.

Gustavo Pinheiro (Itamonte/Mantiqueira de Minas), Arnaldo Ferreira Borges (Aiuruoca/Mantiqueira de Minas) e Braz Pena (Itamonte/Mantiqueira de Minas) foram os três primeiros colocados na categoria Queijos Artesanais de Alagoa e Mantiqueira de Minas - Com ingredientes opcionais ou defumados.

Estreando no concurso este ano, a nova categoria Queijo Minas Artesanal

de Casca Florida Natural teve como campeão André Luís de Faria (São Roque de Minas/Canastra). Vagner Soares (Piumhi/Canastra) foi o segundo colocado e Guilherme Alcântara (Lavras/Região não

caracterizada) ficou em terceiro lugar.

Avaliação da qualidade

Os queijos finalistas do Gerais foram avaliados por 32 jurados em critérios como apresentação externa, cor, apresentação interna, consistência, aroma e sabor. Todos os produtores inscritos ganharão certificado de participação e uma devolutiva técnica sobre o queijo avaliado.

"Depois da avaliação dos queijos é gerado um relatório, que volta para o produtor identificar os aspectos que ele pode melhorar no seu produto. Esse método traz um aprimoramento contínuo dos nossos queijos", explica o diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Gelson Lemes.

O 18º Concurso Estadual dos Queijos Artesanais de Minas é promovido pelo Governo de Minas, por meio da Emater-MG. A cerimônia de premiação fez parte da programação do Festival Gastronômico Aromas e Sabores, realizado pela Prefeitura Municipal de Itanhandu.

ALES APROVA MEDIDAS PARA AMENIZAR "TARIFAÇO" NA ECONOMIA CAPIXABA

Os deputados aprovaram o Projeto de Lei (PL) 595/2025, que autoriza o fisco estadual a transferir aos setores produtivos afetados pelo “tarifaço dos Estados Unidos” o crédito acumulado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A matéria, do Executivo, foi uma das três acolhidas na sessão extraordinária realizada na tarde desta segunda-feira (15) na Assembleia Legislativa (Ales).

Nas comissões reunidas de Justiça e Finanças, o deputado Mazinho dos Anjos (PSDB) acatou emenda do presidente Marcelo Santos (União) e deu parecer pela constitucionalidade e aprovação, sendo acompanhado pelos integrantes dos colegiados e depois pelo conjunto dos parlamentares. Por conta da emenda, o texto passou mais uma vez pelo colegiado de Justiça e pelo Plenário para redação final.

Segundo o presidente, a emenda aditiva foi acordada com o vice-governador, Ricardo Ferraço (MDB), e “dá à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a avaliação de mudanças de critérios para a liberação dos créditos”.

Mazinho explicou que a proposta protege o Estado das tarifas impostas ao Brasil pelo governo norte-americano. “Fico abismado vendo algumas pessoas defendendo o tarifaço, independente de ideologia de direita ou esquerda, está afetando o Espírito Santo. Os Estados Unidos são concorrentes do agro capixaba. Quem defende o agro não pode defender isso, concorrem na soja, no trigo, no milho, só não concorrem no café porque eles não produzem. Vai ajudar também nossos empreendedores de rochas ornamentais”, destacou.

Vários parlamentares trataram do tema na fase de discussão. Adilson Espindula (PSD) disse que a medida beneficia produtores rurais de mamão, gengibre e pimenta-do-reino. Ele contou que o Espírito Santo é o maior produtor e exportador de gengibre do Brasil, com 75% da produção nacional e 57% das exportações e que os municípios que mais produzem essa raiz são Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins.

Já Camila Valadão (Psol) ressaltou que é preciso reafirmar a soberania brasileira diante do que chamou de “chantagem” do governo Trump. “É uma tentativa de embargo econômico, com participação da extrema direita brasileira. É para prejudicar a economia com chantagem política, felizmente nosso país não se curvou”, comemorou. Ela ainda citou a necessidade de diversificação dos parceiros econômicos para evitar esse tipo de situação.

Para Zé Preto (PP), é preciso mais diálogo entre os governantes para sair desse cenário. “Quem mais perde é quem produz, os produtores estão perdendo, não vejo como retaliação, mas como falta de diálogo lá em Brasília”, enfatizou.



De acordo com Callegari (PL), as ações do governo Trump foram uma resposta à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). “A falta de diálogo é um problema. Jamais vou defender tarifa de país estrangeiro contra o meu país. (...) O Brasil sempre foi aliado de primeira linha dos Estados Unidos, mas a Suprema Corte rasgou a Constituição Federal e agride os Direitos Humanos, então o Brasil está entre os párias da comunidade internacional. Se fosse reconhecido como um regime democrático jamais aconteceria isso”, argumentou.

Líder do governo na Ales, o deputado Vandinho Leite (PSDB) fez o encaminhamento de votação. “É inadmissível que alguns comemorem uma tarifa sobre o Brasil, como vemos alguns membros da extrema direita, mas também é inadmissível a gente ver o governo federal tentando se colocar de um tamanho que não temos, para discutir soberania num palco extremamente político, não entendendo o que esses setores estão sofrendo, e que é necessário diálogo e bom senso para enfrentar esses desafios”, defendeu.

Após a votação, o deputado João Coser (PT) pediu a palavra para responder ao tucano. “O presidente Lula colocou o vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), para discutir e negociar desde o primeiro momento, o ministro da Fazenda e toda a equipe do governo, naturalmente de cabeça erguida, com o tamanho do país. Colocou R\$ 30 bilhões de um fundo, o mesmo que Casagrande fez aqui. A fala do líder não corresponde à verdade (que não teve tentativa de diálogo)”, afirmou.

Agricultura familiar

Também do Executivo, foi acatado o PL 610/2025, que estabelece a obrigatoriedade de que nas compras realizadas pelos órgãos estaduais seja reservado no mínimo 30% dos recursos para aquisição de produtos da agricultura familiar. O projeto foi aprovado tendo em anexo os PLs 249/2019 e 10/2023, de Gandini (PSD).

Tal iniciativa foi relatada por João Coser na Comissão de Justiça; Adilson Espindula (PSD), em Agricultura; e Janete de Sá (PSB), em Finanças. Apesebista lembrou que vem trabalhando por essas medidas há anos na Casa, tendo matéria de sua autoria virado a Lei 11.137/2020, a qual pediu menção no escopo da futura norma. “A aquisição de produtos da agricultura familiar, que é o forte da agricultura do nosso estado, garante a permanência das

pessoas em nossas regiões rurais. Temos mais de 108 mil propriedades e 75% são tocadas pela agricultura familiar. É a garantia que o produtor tem de saber que seu produto vai ter a venda certa”, comentou.

Essas proposições seguem agora para sanção ou veto do governador Renato Casagrande (PSB).

Concurso público

Por fim, foi aprovado o Projeto de Resolução (PR) 21/2025, da Mesa Diretora, que altera a Resolução

2.890/2010 (estrutura organizacional da Ales) para promover adequações nos cargos de Agente de Polícia Legislativa e de Consultor Legislativo de Bem-Estar dos Animais. “Visa adequar (a Resolução) para a abertura do concurso público (da Assembleia)”, informou o presidente da Casa Marcelo Santos (União).

Nas comissões reunidas de Justiça e Finanças, o deputado Mazinho dos Anjos emitiu parecer pela constitucionalidade e aprovação, sendo acompanhado pelos membros dos colegiados e depois pelo Plenário da Casa. Por ser um PR, agora segue para promulgação da Mesa Diretora da Ales.

Urgências

Na sessão ordinária foram aprovados requerimentos de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLC) 22/2025, do Executivo, que dispõe sobre a criação das funções gratificadas de Supervisor Escolar Regional e de Supervisor Sistema Educacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (Sedu); e para PL 352/2025, de Janete, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Defesa dos Animais em Situação de Rua, Vítimas de Abandono e Maus Tratos (Associação Amigas dos PETS), localizada em Vila Velha.

Com a aprovação, as propostas estão aptas a fazer parte da Ordem do Dia da próxima sessão, a ser realizada na tarde desta terça-feira (16).

Confira como ficou a Ordem do Dia da sessão extraordinária:

1. Projeto de Resolução (PR) 21/2025, da Mesa Diretora, que altera a Resolução 2.890/2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos serviços administrativos da Secretaria da Ales e sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos seus respectivos servidores. Aprovado;
2. Projeto de Lei (PL) 595/2025, do Executivo, que autoriza a utilização e a transferência para terceiros de crédito acumulado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como medida mitigadora dos efeitos sociais e econômicos adversos decorrentes da política de aumento tarifário praticada pelo governo dos Estados Unidos. Aprovado;
3. Projeto de Lei (PL) 610/2025, do Executivo, que institui a Política de Compras Institucionais dos Produtos da Agricultura Familiar, pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Governo do Estado. Aprovado.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO DEFENDE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL



O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, foi homenageado nesta segunda-feira (15) pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) com o título de cidadão espírito-santense e com a Comenda Domingos Martins, no grau Grã-Cruz.

A entrega das homenagens foi no evento em que o ministro fez uma palestra sobre a “Atualização do Código Civil” no Plenário Dirceu Cardoso, realizado em parceria entre a Assembleia e a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Adepes).

Na ocasião, a presidente da associação, Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes, também foi homenageada pelo presidente da Casa, deputado Marcelo Santos (União), com uma placa com os dizeres: “Em reconhecimento ao seu compromisso com a promoção da justiça social, da cidadania e da defesa dos direitos”.

Independência e autonomia

Antes de falar sobre o tema da palestra, o ministro agradeceu as homenagens e fez questão de lembrar que enaltecer Domingos Martins, herói capixaba da Revolução Pernambucana, “é essencial nesses dias em que o Brasil luta, novamente, por sua independência e sua autonomia”.

O ministro Salomão fazia referência às iniciativas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para intimidar a Suprema Corte brasileira no julgamento da Ação Penal 2.668, que condenou o núcleo central da tentativa de golpe para impedir a posse do atual presidente da República.

Atualização do Código Civil

Sobre o tema de sua palestra, Luis Felipe Salomão apontou a necessidade de atualização do Código Civil Brasileiro, apenas 23

anos após chegar-se à sua atual versão, de 2002. Além do fato de o Código ter sido elaborado por uma comissão de apenas três pessoas, todas do gênero masculino, escolhidas nos anos 1960, em plena ditadura militar, e refletindo uma sociedade autoritária e “muito conservadora”, o ministro salientou as rápidas mudanças da sociedade.

Luis Felipe Salomão lembrou que o primeiro Código Civil foi elaborado na Primeira República e implantado em 1916, depois que Teixeira de Freitas fracassou na sua tentativa de codificar as diversas leis que, soltas, já não atendiam às necessidades da sociedade. Foi o chamado “Código Civil Bevilacqua”, em homenagem ao jurista Clóvis Bevilacqua, que o elaborou. Depois disso, somente houve sua reforma pela comissão, elaborada na ditadura militar, que se consolidou mais de 30 anos depois, por meio da Lei 10.406/2002, que revoga a Lei 3.071/1916.

“Agora, o Congresso Nacional começa a analisar a proposta de atualização elaborada por uma comissão de juristas com múltiplas representações, constituída em 2024 pelo (então) presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e que resultou no Projeto de Lei 4/2025”, disse Luis Felipe Salomão, que presidiu os trabalhos dessa comissão.

Atualização

Salomão citou a importância do Código Civil por ser ele quem regula todas as relações privadas dos cidadãos, um tema que começou a ser discutido nos Estados Unidos quando jornalistas invadiram uma festa de casamento e, utilizando a tecnologia do telégrafo, vazaram detalhes do evento em reportagem no dia seguinte no New York Times.

“Foi feito um grande debate sobre invasão de privacidade a

partir desse fato, que fez uso da mais rápida tecnologia disponível naquele momento. E hoje, com inovações disruptivas e a inteligência artificial, que imprime à vida uma velocidade inacreditável, é urgente a atualização do Código Civil”, disse Salomão.

O ministro citou várias demandas que chegaram à Corte de Cidadania, o STJ, sobre interesses privados não previstos no atual código. Como exemplo, citou temas como eutanásia, inventários de bens digitais, como criptomoedas e senhas, tudo sem nenhuma regulação.

Outro caso curioso que a Corte teve que decidir foi o de um casal, ela bem mais jovem do que ele, que decidiu congelar um embrião, deixar em um hospital e sair para a lua-de-mel. Nesse período, o marido sofreu um acidente de esqui e morreu. Os três filhos do primeiro casamento iniciaram o processo de inventário com partilha de bens somente entre eles, mas a mulher disse que era por quatro, pois ela queria implantar o embrião e trazer à luz o quarto filho.

“A questão era se essa implantação podia ser feita ou se dependia de autorização expressa deixada pelo marido falecido. A quarta turma do STJ decidiu, por 3 a 2, pela minha tese de que precisava haver autorização expressa do pai. Esta e tantas outras questões chegam ao STJ porque não estão previstas no código”, disse Salomão.

Outros pontos citados foram direito ao esquecimento; desindexação nas redes sociais; o direito relacionado aos animais, tão presentes na vida humana; veículos não tripulados; algoritmos; reprodução assistida; substituição de órgãos humanos por órgãos feitos com impressão 3D; preservação do cérebro; metaverso; e criptomoedas.



FINANÇAS APROVA SALA DE APOIO EM HOSPITAIS PARA AGENTE DE ESCOLTA

Seis matérias foram aprovadas pelo colegiado de Finanças em reunião ordinária, realizada nesta segunda-feira (15). Destaque para o Projeto de Lei (PL) 83/2022, do deputado Delegado Danilo Bahiense (PL), que prevê a disponibilização de sala de apoio para agentes de segurança pública, quando estiverem em escolta hospitalar de pessoas sob a custódia do Estado.

O relatório do presidente da comissão, deputado Mazinho dos Anjos (PSDB), foi acompanhado pela unanimidade dos parlamentares presentes. O autor da proposta, deputado Delegado Danilo Bahiense, entende que a medida vai garantir mais segurança não só para os agentes, mas também para os detentos e para trabalhadores da área da saúde.

“Esse projeto é muito importante porque ele atende o anseio dessa categoria e faz justiça, não somente com os policiais penais, como com o próprio detento e o restante da população. Os policiais penais têm feito escolta nos hospitais em salas improvisadas, às vezes com mais dois ou três pacientes na sala”, explicou o parlamentar.

“Não tem grades nas janelas, não tem grades



nas portas. Então é um perigo muito grande porque se houver ali, vamos supor, uma tentativa de fuga, para impedir a fuga e para que o policial penal não seja responsabilizado, ele pode usar a sua arma de fogo, pode atingir tanto o preso quanto as pessoas que estão ali”, complementou.

Veja como ficou a pauta:

PL 83/2022, do deputado Danilo Bahiense, que dispõe sobre a disponibilização de sala de apoio aos Agentes da Segurança Pública, quando em escolta hospitalar de pessoas sob a custódia do Estado, no âmbito do Estado do Espírito Santo. APROVADO

PL 113/2024, do deputado Denninho Silva, que institui o programa de apoio às vítimas de abuso sexual ou de discriminação no esporte no âmbito estado do Espírito Santo. APROVADO

PL 827/2023, do deputado Capitão Assunção, que declara a Corrida de Rolimã Racing, que acontece no Bairro da Penha, município de Vitória, como patrimônio histórico imaterial do Estado do Espírito Santo. APROVADO

PL 236/2024, do deputado Coronel Weliton, que declara patrimônio cultural imaterial do Estado do Espírito Santo a Festa do Socol realizada no Município de Venda Nova do Imigrante. APROVADO

PR 25/2023, da deputada Iriny Lopes, que altera a Resolução nº 3.532, de 13 de novembro de 2013, que instituiu a Comenda do Mérito Legislativo Rubem Braga para agraciar escritores espírito-santenses. APROVADO

PL 263/2024, da deputada Janete de Sá, que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS nas operações com produtos típicos de artesanato e dá outras providências. APROVADO COM EMENDAS

IEMA PARTICIPA DA OPERAÇÃO NACIONAL MATA ATLÂNTICA EM PÉ 2025 NO COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) está participando da Operação Nacional Mata Atlântica em Pé 2025, a maior iniciativa de combate ao desmatamento ilegal desse bioma no Brasil, por meio do Ministério Público do Espírito Santo (MPES). A operação, que teve início na última terça-feira (09) e segue até sexta-feira (19), tem como foco desta edição o município de Linhares, com fiscalizações ambientais intensificadas. O Iema participa da operação com quatro equipes equipadas com drones, tecnologia que permite identificar áreas degradadas, registrar provas e apoiar as ações de fiscalização com mais precisão e agilidade. Pioneiro no uso de drones em órgãos públicos no Espírito Santo, o Iema investe continuamente na formação de pilotos e na atualização tecnológica, ampliando sua capacidade de monitoramento e apoio a outras instituições.

“É uma satisfação para o Iema participar mais uma vez da Operação Nacional Mata Atlântica em Pé, ao lado de instituições tão importantes na defesa do nosso patrimônio natural. A proteção da Mata Atlântica exige a união de esforços e esta operação é um exemplo claro de como a integração entre órgãos de fiscalização fortalece o combate aos crimes ambientais”, destacou o diretor-geral do Iema, Mário

Louzada.

O Instituto está atuando junto aos demais órgãos participantes com fiscalizações em campo para coibir o desmatamento ilegal e proteger um dos biomas mais importantes do País, essencial para a biodiversidade, o equilíbrio climático e a qualidade de vida dos capixabas. As fiscalizações estão sendo feitas em 103 pontos de alerta obtidos na plataforma Brasil Mais, que apontam desmatamento ou queimadas irregulares. Até então, foi constatado que a maioria das áreas com desmatamento foi para expansão de culturas agrícolas.

A Operação Nacional Mata Atlântica em Pé 2025 tem como objetivo identificar áreas desmatadas ilegalmente nos últimos anos, interromper os ilícitos e responsabilizar os infratores nas esferas administrativa, civil e criminal, além de prevenir novos casos de desmatamento no Espírito Santo.

Segundo o MPES, após o encerramento das ações no Estado, previsto para esta sexta-feira (19), os resultados serão apresentados em coletiva de imprensa no dia 26 de setembro,

na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Vitória.

Estão presentes na Operação, ao lado do MPES, a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), por meio do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA); o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf); o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh); além do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo da Secretaria da Casa Militar – ES (Notaer) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Iema



PROJETO CRIA FUNÇÕES GRATIFICADAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O governo do Estado enviou projeto à Assembleia Legislativa (Ales) para criar duas novas funções gratificadas (FGs) na Secretaria de Estado da Educação (Sedu): Supervisor Escolar Regional e Supervisor do Sistema Educacional. A



proposta começou a tramitar na sessão desta segunda-feira (15), quando também teve regime de urgência aprovado.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 22/2025 prevê 250 FGs de Supervisor Escolar Regional e 12 de Supervisor do Sistema Educacional. O valor mensal da função gratificada é de R\$ 933,53 para cada servidor ocupante dos cargos. O impacto financeiro anual está estimado em aproximadamente R\$ 3 milhões.

As FGs só poderão ser ocupadas por servidores efetivos, ativos e estáveis da carreira do magistério público estadual. Os supervisores escolares regionais atuarão nas Superintendências Regionais de Educação (SREs) e os supervisores de sistema educacional vão trabalhar na Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação (Genpro) da Unidade Central da Sedu.

O projeto lista as atribuições de cada função. O Supervisor Escolar Regional terá, entre suas obrigações, orientar e monitorar as

escolas estaduais, municipais – sem sistema de ensino próprio – e as particulares quanto ao cumprimento da legislação vigente; atender às demandas relacionadas à educação especial; aprovar os calendários e regimentos escolares; entre outras funções.

Já o Supervisor do Sistema Educacional deverá conhecer e dominar a legislação educacional, relacionando-a com as ações propostas pela Sedu; elaborar minutas de normas regulamentares, procedimentos, manuais, pareceres ou outros documentos referentes à organização das escolas estaduais; analisar processos, emitindo pareceres e manifestações sobre temas ou situações específicas da área educacional; entre outras atribuições.

Justificativa

Em mensagem anexa à proposta, o governador Renato Casagrande (PSB) justifica que servidores que ocupam esses cargos têm migrado para outras funções dentro da Sedu com melhor remuneração.

“Ao longo dos anos, essa função tem se tornado mais complexa, exigindo cada vez mais responsabilidade na representação do sistema de ensino frente às demandas da rede estadual, das redes privadas e das redes municipais (...).

Esse conjunto de

responsabilidades e de complexibilidades, aliado a uma remuneração estritamente técnica, tem levado à migração desses profissionais especializados para cargos que pagam melhor dentro da rede estadual, como os de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico”, explica.

De acordo com Casagrande, o pagamento da FG “permitirá a consolidação, o aprimoramento, a retenção e a sustentabilidade da função de supervisor, que é o profissional corresponsável pelos resultados e pelo sucesso dos estudantes das escolas estaduais”, aponta.

O chefe do Executivo salienta, ainda, que o supervisor é “o único responsável pela orientação, pelo monitoramento, pela fiscalização, pelo credenciamento, pela autorização de cursos e pelo encerramento de escolas/cursos/etapas/modalidades de escolas estaduais, privadas e municipais jurisdicionadas ao Conselho Estadual de Educação”.



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira